

# DA OBRIGATORIEDADE DO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA COMO CONDIÇÃO PARA A IMPETRAÇÃO DO *HABEAS DATA*

Pedro Ferreira

Curso de Pós-graduação em Direito Constitucional

Polo do Guará 2, DF

## RESUMO

Hoje em dia, o cidadão tem, com o passar do tempo, seus dados coletados e reunidos em bancos de dados públicos e particulares, sem que tenha acesso direto a eles. O presente trabalho tem como objetivo abordar os reais direitos e garantias fundamentais do cidadão, em especial, o direito à informação. Pretende mostrar e delinear, também, algumas questões, especialmente, a necessidade de rejeição ou omissão, por parte da administração pública, em fornecer ou alterar dados do impetrante como condição da impetração do *Habeas-Data*. Aspira, ainda, analisar o conceito, finalidade (propósito), natureza jurídica, legitimidade ativa e passiva - incluindo, de forma breve, a situação do Ministério Público -, cabimento, competência para julgamento e debater a condição para impetração desse remédio constitucional (tema central). Por fim, tem como escopo revelar a situação do *Habeas Data* em relação ao sigilo das informações para preservar a segurança da sociedade e do Estado, dentre outros quesitos de relevância jurídica.

**Palavras-chave:** *Habeas Data*; direitos e garantias fundamentais; direito à informação;

## INTRODUÇÃO

O *Habeas Data* surgiu em nosso sistema jurídico pátrio com a chegada da Constituição de 1988, intitulada constituição cidadã, por Ulysses Guimarães, e está previsto no art. 5º.

Esse artigo tem como escopo conhecer, precisamente, os direitos dos cidadãos em obter, mudar ou acrescentar informações pessoais armazenadas em bancos de dados públicos ou particulares de acesso público. Intenta abordar e delinear algumas dessas situações, sobretudo, demonstrar a plena eficácia desse remédio constitucional.

De modo específico, tenta-se interpretar a melhor forma que expresse a referência ao Direito Constitucional, por tudo que oferece como dianteiro na individualização da temática, num primeiro momento.

O problema reside na obrigatoriedade do esgotamento da via administrativa como condição da ação no remédio jurídico aqui exposto.

O tema encontra justificativa pela sua importância atual em nosso Direito Processual Constitucional, uma vez que, cada vez mais, o povo tem seus dados pessoais disponíveis em bancos de dados públicos e particulares de acesso público, sem acesso livre pelo indivíduo, violando, dessa forma, direitos constitucionais fundamentais, como, por exemplo, intimidade e privacidade.

A metodologia a ser utilizada é a dedutiva, tendo-se partido de pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e de outras fontes, haja vista que as informações adquiridas foram formatadas a partir de uma síntese de obras já publicadas.

Por conseguinte, o marco teórico foi fundamentado e elaborado com base em trabalhos científicos de autores renomados, tais como Hely Lopes Meirelles, Alexandre de Moraes, Pedro Lenza, Celso Ribeiro Bastos, fora outros trabalhos apresentados em congressos, revistas ou artigos em pesquisa de internet, os quais revelam a importância dada à análise do *Habeas Data*.

## 1. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

A Constituição de 1988 teve o mérito de recomençar o processo democrático brasileiro, pois após vários anos de uma ditadura militar, a maioria dos direitos fundamentais esteve suprimida. Atualmente, ela é tratada como uma das mais avançadas do planeta, no plano das garantias individuais. Nesse sentido, José Eduardo Nobre Mata (2005, p. 95) acrescenta que:

[...] em arremate, pode-se dizer, sem medo de errar, que nunca tivemos uma Carta Política que tenha tido tamanho cuidado com os direitos e garantias fundamentais. Ainda, jamais tivemos um texto constitucional tão preocupado em dar plena efetividade a tais normas. Se depender da letra da Lei Maior, o cidadão brasileiro pode se considerar como um dos mais bem protegidos do mundo.

Daí se tira a importância de termos uma Constituição que é uma garantia para todos os cidadãos.

Michel Temer (2006, p. 219) debruçando sobre o tema *Habeas Data* disse:

[...] é fruto, nesta constituição, de uma experiência constitucional anterior em que o governo arquivava, a seu critério e sigilosamente, dados referentes à convicção filosófica, política e religiosa e de conduta pessoal dos indivíduos. A insurgência contra os órgãos de informação gerou o Habeas Data.

Portanto, fica exposta a intenção do ora legislador constituinte demonstrando a sintonia com esse propósito do dispositivo do *Habeas Data*, criado visando a dar maior segurança aos cidadãos por meio de um remédio constitucional próprio, para permitir acesso às informações existentes em bancos de dados sobre os indivíduos.

Nossa Constituição Federal trata deste tema (Direitos e Garantias Fundamentais) em seu Título II, cujo enunciado é Dos Direitos e Garantias Fundamentais e em seu artigo 5º explana:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Mais uma vez, confirma que o tema citado constitui uma das bases de nosso Estado de Direito, além de ser um tema bastante atual.

## 2. HABEAS DATA

O instituto do *Habeas Data* foi introduzido em nosso ordenamento jurídico pátrio pelo professor José Afonso da Silva na comissão provisória de estudos constitucionais, por meio de sua atuação como membro da Comissão de Notáveis ou Comissão Afonso Arinos, que elaborou o anteprojeto da nossa atual Carta Política, ainda no ano de 1986.

Alexandre de Moraes (2008, p. 140) afirma:

Aponta-se sua origem remota na legislação ordinária nos Estados Unidos, por meio do Freedom of information Act de 1974, o qual visava possibilitar o acesso do particular às informações constantes de registros públicos ou particulares permitidos ao público.

É sabido que, nos termos em que está colocado em nosso texto Constitucional, o *Habeas Data* não é exclusivo em nosso ordenamento jurídico pátrio, tal remédio encontra similares em outros sistemas, como os que foram abordados

Aqui, nasceu o remédio na constituição de 1988, e, assim, gradativamente, busca-se o aperfeiçoamento, como acabou ocorrendo com o *Habeas Data*.

A Lei 9.507 que regula o direito de acesso a informações foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 13 de novembro de 1997, isto é, após 9 (nove) anos da criação do nosso *writ* em estudo.

No entendimento do renomado Celso Ribeiro Bastos (1998, p. 83), o *Habeas Data* tem um tríplice aspecto:

- a) Direito de acesso aos registros;
- b) direito de retificação desses registros, e
- c) direito de complementar tais registros.

A Lei 9.507/97, no artigo 7º e incisos, nos dá os objetivos desse *writ* constitucional, ao prescrever:

Art. 7º Conceder-se-á Habeas Data:

I - para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

II - para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

III - para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro, mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.

Após ler o mencionado artigo, conclui-se que esses objetivos estão ligados ao direito fundamental (acesso às informações) e, se necessário, retificação desses dados.

No que tange ao legitimado, no entendimento de Hely Lopes Meirelles (2008, p. 280):

o legitimado para requerer *Habeas Data* é unicamente a pessoa física ou jurídica diretamente interessada nos registros ou dados mencionados no inc. LXXII, “a” e “b”, do art. 5º da CF.

No mundo moderno é fácil perceber a grande utilidade do instituto para as pessoas jurídicas, que como as pessoas físicas estão sujeitas, também, às várias formas de violação de seus direitos pessoais. O nosso Código Civil de 2002, prescreveu em seu artigo 52: “artigo 52: aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade”.

Em relação ao legitimado passivo, o entendimento dominante da doutrina é de que poderão ser sujeitos passivos do *Habeas Data* os entes governamentais (administração pública direta ou indireta), assim como as instituições e pessoas jurídicas privadas, desde que prestem serviços para o público, e desde que detenham dados referentes às pessoas físicas ou jurídicas.

Pedro Lenza (2008, p. 656) diz que:

O pólo passivo será preenchido de acordo com a natureza jurídica do banco de dados. Em se tratando de registro ou banco de dados de entidade governamental, o sujeito passivo será a pessoa jurídica componente da administração direta e indireta do Estado. Na hipótese de registro ou banco de dados de entidade de caráter público, a entidade que não é governamental, mas, de fato, privada, figurará no pólo passivo da ação.

O Recurso Especial de nº 929381/AL, de relatoria do ministro Francisco Falcão, julgado em 04/10/2007, com a seguinte ementa:

*HABEAS DATA. OMISSÃO DE INFORMAÇÕES. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. EMPRESA PÚBLICA. REGISTRO DE CARÁTER PÚBLICO. LEGITIMIDADE. LEI Nº 9.507/97, ARTS. 1º, PARÁGRAFO ÚNICO, E 7º, I.*

**I - A Caixa Econômica Federal, na qualidade de empresa pública que se sujeita ao controle do Poder Público, tem legitimidade para figurar no pólo passivo do *Habeas Data* com o objetivo de fornecimento de dados**

**sobre descontos efetuados na conta corrente dos impetrantes (artigo 7º, I, da Lei nº 9.507/97).** (grifou-se) II - O parágrafo único do artigo 1º da mesma Lei especifica como sendo de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou possam ser transmitidas a terceiros, ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade respectiva, abrangendo, assim, a hipótese dos autos. III - Recurso improvido.

Ou seja, as instituições que se sujeitam ao controle do Poder Público têm legitimidade passiva no *habeas data*.

Observa-se que no artigo 12 da lei que regula o *Habeas Data*, nº 9.507/97, há uma exigência de se ouvir o Ministério Público antes da decisão, expõe o mencionado dispositivo:

Art. 12. Findo o prazo a que se refere o art. 9º, e ouvido o representante do Ministério Público dentro de cinco dias, os autos serão conclusos ao juiz para decisão a ser proferida em cinco dias.

Entendo ser um procedimento correto, pois o Ministério Público deve atuar como fiscal da lei, sem estar vinculado ao impetrante ou ao impetrado. Desta feita, é indispensável sua participação, sob pena de nulidade absoluta.

No que diz respeito à publicidade, sucede que não há justificção, por parte da administração pública, em rejeitar o fornecimento de informações ao impetrante, sob o argumento de sigilo e de segurança nacional, uma vez que os dados ou registros dizem respeito ao próprio impetrante. Para Michel Temer (2006, p. 220), não há como em matéria de direito individual, utilizar-se de interpretação restritiva. Ela há de ser, nessa matéria, ampliativa. Em outros termos, a publicidade é uma regra indispensável e, sendo assim, não existem motivos para diminuir sua regra de aplicabilidade.

### **3. DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA**

Um dos temas mais controversos, dentro do instituto do *Habeas Data*, refere-se ao esgotamento prévio da via administrativa como condição para impetração da ação – mas, especificamente falta de interesse de agir.

A lei 9.507/97, acompanhando a jurisprudência majoritária, precisamente, a súmula 2 do Superior Tribunal de Justiça e julgados do Supremo Tribunal Federal, expressamente faz a exigência para se poder impetrar o *Habeas Data* em dois artigos, 2º e 8º, dizem:

Art. 2º O **requerimento será apresentado** ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de quarenta e oito horas. Parágrafo único. A decisão será comunicada ao requerente em vinte e quatro horas. (...)

Art. 8º A petição inicial, que deverá preencher os requisitos dos arts. 282 a 285 do Código de Processo Civil, será apresentada em duas vias, e os documentos que instruírem a primeira serão reproduzidos por cópia na segunda. **Parágrafo único. A petição inicial deverá ser instruída com prova: I - da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de dez dias sem decisão; II - da recusa em fazer-se a retificação ou do decurso de mais de quinze dias, sem decisão; ou III - da recusa em fazer-se a anotação a que se refere o § 2º do art. 4º ou do decurso de mais de quinze dias sem decisão.**

Como se observou, a lei exige do impetrante a prova de que existiu a recusa ou omissão, por parte da administração, em fornecer ou retificar os registros ou dados antes de se recorrer ao Poder Judiciário.

A lei não exige, como foi mostrado, o esgotamento da via administrativa, mas sim um documento que comprove a rejeição inicial em prestar ou modificar as informações solicitadas pelo requerente.

Nesse ponto, opina Antonio Carlos Segatto (1999, p.131):

Nesse aspecto, houve retrocesso no que alude à matéria legislativa, pois, nenhuma das garantias constitucionais ativas depende de prévia postulação fora do Poder Judiciário. Por ser o *Habeas Data* uma ação civil de índole constitucional, consagrada no artigo 5º, inciso LXXII, da Constituição Federal, não poderia, jamais, condicionar-se à exigência da prova da recusa das informações por parte da entidade governamental ou de caráter público.

Dado o primeiro passo, deve-se esclarecer o que seria o esgotamento da via administrativa como condição de impetração da ação. Como o próprio nome já diz, esgotamento seria usar de todas as formas para chegar um objetivo, no caso em tela, seria usar os dispositivos administrativos para se obter o seu intento, sem isso faltaria uma das condições da ação, o chamado “interesse de agir”.

É comum a doutrina afirmar que o interesse processual encontra-se presente quando o autor tem a necessidade de se valer da via processual para lograr o bem da vida pretendido, interesse pelo qual está sendo resistido pela outra parte, bem como quando a via processual lhe traga utilidade real, isto é, a possibilidade de que a obtenção da tutela pretendida melhore na sua condição jurídica.

Importante analisar agora o ponto de vista constitucional da exigência do prévio requerimento administrativo. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso

XXXV, explana que: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Este é o chamado princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Pedro Lenza (2008, p. 615) afirma que:

Em decorrência do princípio em análise, não mais se admite no sistema constitucional pátrio a chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, conforme se verificava no art. 153, §4º, da CF/69, na redação dada pela EC n. 7, de 13.04.1977. Para ingressar (bater as portas) no Poder Judiciário não é necessário, portanto, o prévio esgotamento das vias administrativas. Exceção a esta regra, a este direito e garantia individual (cláusula pétrea), só admissível se introduzida pelo poder constituinte originário, conforme acontece com a Justiça desportiva (art. 217 §§ 1.º e 2.º).

Alexandre de Moraes (2005, p. 197) traz que:

O Poder Judiciário, desde que haja plausibilidade de ameaça ao direito, é obrigado a efetivar o pedido de prestação judicial requerido pela parte de forma regular, pois a indeclinabilidade da prestação judicial é princípio básico que rege a jurisdição, uma vez que a toda violação de um direito responde uma ação correlativa, independentemente de lei especial que a outorgue.

Em outras palavras, depreende-se desse princípio que o Poder Judiciário tem o dever de analisar todos os pedidos feitos a ele, independentemente de entrada na via administrativa ou não, pois é determinação expressa contida em nossa Constituição Federal.

O Superior Tribunal de Justiça publicou a súmula de número 2, nos seguintes termos: “não cabe o *Habeas Data* (CF, art. 5º, LXXII, letra “a”) se não houve recusa de informações por parte da autoridade administrativa.”

Ou seja, pelo que se nota, essa súmula vai, diretamente, de encontro ao princípio contido no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

No entanto, na opinião de Cassio Scarpinella Bueno (2009, p.78):

daí que não se trata, meramente, da obrigatoriedade de prévio esgotamento de vias administrativas (ou a elas equiparadas, ante o caráter *público* da informação, que dá ensejo à tutela pelo *habeas data*) antes do ingresso na esfera jurisdicional. Esta sim, uma forma *simplista* de analisar a questão, é violadora do artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. Trata-se, muito pelo contrário, de *otimizar* a prestação de serviços tidos como de função pública pelo Estado ou por quem detém informações para uso de terceiros (Lei nº 9507/97, art. 1º, parágrafo único) para se constatar, concretamente, a *necessidade* ou *desnecessidade* do ingresso no Judiciário.

Vicente Greco Filho (1989, p. 178) em sua obra dá uma lição dizendo que:

a impetração não depende de prévio pedido administrativo. Mesmo no caso da retificação de dados prevista na alínea b do dispositivo



constitucional, a providência prévia administrativa é facultativa, de modo que, aplicando-se a regra geral para as demais ações, basta que o órgão público conteste para que fique demonstrado o interesse processual para a medida. Se o órgão impetrado não deseja resistir à medida, que apresente as informações assim que notificado para tal.

Alexandre de Moraes (2005, p. 197) sobre o tema central desse estudo afirma:

inexiste a obrigatoriedade de esgotamento da instância administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A constituição de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial, uma vez que exclui a permissão que a emenda constitucional número 7 à constituição anterior estabeleceria, que a lei condicionasse o ingresso em juízo à exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao poder judiciário.

O Supremo Tribunal Federal chamado a se esclarecer no Recurso em *Habeas Data* nº 22 produziu o seguinte conteúdo:

o acesso ao *Habeas Data* pressupõe, dentre outras condições de admissibilidades, a existência do interesse de agir. Ausente o interesse legitimador da ação, torna-se inviável o exercício desse remédio constitucional. A prova do anterior indeferimento do pedido de informação de dados pessoais, ou da omissão em atendê-lo, constitui requisito indispensável para que se concretize o interesse de agir no *Habeas Data*. Sem que se configure situação prévia de pretensão resistida, há carência da ação constitucional do *Habeas Data*.” (Processo: RHD 22 DF – Relator (a) para o acórdão: Celso de Mello - Julgamento: 18/09/1991 - Órgão Julgador: Tribunal Pleno Publicação: DJ 01-09-1995).

A respeito desse Recurso em *Habeas Data*, diz Antonio Carlos Segatto (1999, p.138):

É melancólico verificar que o Supremo Tribunal Federal, a quem compete, precipuamente, a guarda da Constituição, em face do dispositivo no artigo 102 caput, firmou entendimento no ano de 1991, no sentido da exigência da prova do indeferimento do pedido de informação de dados pessoais, perante a entidade depositária das informações, no que alude à figura do impetrante, para a efetiva concretização do interesse de agir na ação de *Habeas Data*, impondo condições de ordem processual, onde o legislador constituinte, claramente, não o fez, o que de certa forma, restringe a utilização do *writ*.

Contudo, Cassio Scarpinella Bueno (2009, p.77) discorda da opinião da doutrina majoritária, nesse sentido:

O *interesse de agir* na impetração do *habeas data* só nasce quando frustradas eventuais tentativas do interessado de obter, retificar ou anotar informações a seu respeito nesta fase que estou denominando de *pré-judicial*. Sem que ele tenha tentado realizar este desiderato e sem que haja recusa (expressa ou tácita, pelo decurso de prazo) aos procedimentos constantes destes arts. 2º ao 4º, não há *necessidade* na impetração do *habeas data*, donde a falta de interesse de agir do interessado.

Fica a pergunta: se no mandado de segurança e *habeas corpus* preventivo não se faz tal exigência, como se justifica seja ela exigida no *Habeas Data* também preventivo?

O *Habeas Data* nº 8 julgado no Superior Tribunal de Justiça, tendo como relator o ministro Garcia Vieira, teve a seguinte ementa:

*HABEAS DATA*". CONHECIMENTO. O "*HABEAS DATA*" E AÇÃO CONSTITUCIONAL. SUBMETE-SE, POR ISSO, AS RESPECTIVAS CONDIÇÕES, ENTRE AS QUAIS O INTERESSE DE AGIR. PROCESSUALMENTE, SIGNIFICA NECESSIDADE DE INGRESSO EM JUÍZO, DADA A RESISTENCIA DA CONTRAPARTE. FALTARA, ENTRETANTO, ESSA CONDIÇÃO, SE QUEM DEVERIA PRESTAR AS INFORMAÇÕES OU PROMOVER A RETIFICAÇÃO DE DADOS NÃO AS NEGOU, PORQUE NADA LHE FORA REQUERIDO. INEXISTE, POIS, LESÃO AO DIREITO DO IMPETRANTE. (Processo: HD 8 DF 1989/0007742-2 Relator(a): Ministro GARCIA VIEIRA Julgamento: 13/06/1989 Órgão Julgador: S1 - PRIMEIRA SEÇÃO Publicação: DJ 28.08.1989)

Como se pode perceber, o STJ entende que se deve, antes de ajuizar o *writ*, peticionar administrativamente, pois a recusa por parte da administração constituiria lesão ao direito e sem a presença desse requerimento, ensejaria a pena de não conhecimento da ação, tendo em vista a falta de interesse de agir.

Todavia, a regra é de que o Poder Judiciário, quando chamado a manifestar, não poderá deixar de fazê-lo, sob a alegação de que existe a falta de interesse de agir, dado que a norma constitucional não criou nenhum obstáculo para a concessão da segurança. A única exceção, todavia, prevista no texto constitucional, à instância administrativa de curso forçado se refere à justiça desportiva, nos seguintes moldes:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: (...) § 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

Em outras palavras, a doutrina de direito constitucional pensa no sentido de dar maior eficácia às normas definidoras de direitos e garantias fundamentais. No entanto, a jurisprudência hoje dominante é de que nos casos em que não houve o pedido administrativo, nesse caso, faltaria ao impetrante interesse de agir. Acredita-se que essa postura dos tribunais deve mudar, com a renovação das composições do STF e STJ.

## 4. CONCLUSÃO

O Habeas Data, hoje em dia, mudou de rota, pois se no tempo de sua criação o foco especial era os registros do temido Serviço Nacional de Informação (órgão criado na época da ditadura militar) e outros órgãos de repressão política, atualmente, confia-se que os bancos de dados de natureza pública são mais danosos, tais como Serviço de Proteção ao Crédito, Serasa e tantas outras que violam nossas intimidades, nossos dados e fazem uso deles para manipular o mercado, criando, dessa forma, grupos de cidadãos desejáveis ou indesejáveis do ponto de vista econômico social.

Acredita-se que tanto pessoa física como jurídica têm legitimidade para impetrar esse remédio, mais ainda, o Ministério Público exerce um papel de grande relevância como fiscal da lei nesse importante dispositivo.

Também, existe o entendimento de que não pode existir recusa da administração ou mesmo do próprio Poder Judiciário de informar ou mudar dados ou registros do impetrante sob o fundamento de ser imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, como já foi dito, nossa Carta Política não fez essa ressalva no seu art. 5º, LXXII - se os dados são do próprio requerente e são verdadeiras, não existe nada do que ele não saiba, se por acaso forem erradas, não interessaria ao povo e ao Estado dados ou registros incorretos.

No tocante à exigência da via administrativa, a maioria da doutrina é no sentido de que não deve ser exigida recusa ou omissão administrativa como condição para ajuizamento do *Habeas Data*, e são algumas razões, a primeira é que a nossa Constituição não o exigiu expressamente (nem implicitamente), a segunda é que os direitos e garantias fundamentais não admitem interpretação restritiva, tendo como única via administrativa de curso forçado prevista no texto constitucional é com relação à justiça desportiva no art. 217, §1º, como foi devidamente mostrado.

A jurisprudência exige prova do anterior indeferimento do pedido de informação de dados pessoais, ou da omissão em atendê-lo, constituindo como requisito indispensável concretização do interesse de agir. No entanto, no atual entendimento, não se exige o esgotamento da via administrativa para impetração do *habeas data*.

Por tudo que foi dito, acredita-se que esse instituto veio acrescentar ao nosso direito, sendo um instrumento capaz de arrumar o caos que reinava no país e, como consequência disso, trazia instabilidade e insegurança para os cidadãos, com lesões à intimidade e privacidade sem nenhum controle, acredito, por fim, que somente com uma sociedade livre o Estado cumpre o seu papel constitucional.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Código Civil**. Brasília: Senado, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes – **Mandado de Segurança** – 31ª edição – São Paulo/SP – Malheiros Editores, 2008.

MATTA, José Eduardo Nobre. **Habeas Data**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.

MORAES, Alexandre – **Direito constitucional**. 23ª edição - São Paulo SP - editora Atlas, 2008.

TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional**, 21ª. edição. Ver. E ampl., São Paulo: Malheiros, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**, Teoria geral, 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2005.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 12ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

DA SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. Editora Malheiros, 27ª edição, São Paulo, 2006.

BASTOS, Celso Ribeiro - **Habeas Data** - coordenação Tereza Arruda Alvim Wambier, São Paulo Ed. Revista dos Tribunais, 1998.

BUENO, Cassio Scarpinella – **Ações Constitucionais** – organizado por Fredie Didier Jr., Editora Podivm, 4ª Edição, 2009.

SEGATTO, Antonio Carlos, **o Instituto do Habeas Data, Aspectos Constitucionais e seus reflexos na legislação ordinária**. - Editora de Direito, São Paulo, 1999.

BASTOS, Celso Ribeiro, MARTINS, Ives Granda - **Comentários à constituição do Brasil**, vol. 2: arts. 5 a 17 3ª ed. Ver. E atual - São Paulo: Saraiva. 2004.

GRECO FILHO, VICENTE - **Tutela constitucional das liberdades**, São Paulo ed. Saraiva, 1989.

Disponível em:

<[http://www.istoe.com.br/reportagens/161883\\_A+CONSTITUICAO+CIDADA](http://www.istoe.com.br/reportagens/161883_A+CONSTITUICAO+CIDADA)> Acesso em: 03/04/2016.

Disponível em:

<<http://jus.com.br/revista/texto/18328/o-estado-o-direito-e-a-pobreza>> Acesso em: 03/04/2016.

Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u451656.shtml>> Acesso em: 05/04/2016.

Disponível em:

< <http://www.profpito.com/gd7.html>> Acesso em: 05/04/2016.

Disponível em:

<[http://www.conjur.com.br/2008-jan-24/habeas\\_data\\_solicitado\\_terceiros](http://www.conjur.com.br/2008-jan-24/habeas_data_solicitado_terceiros)> Acesso em: 05/04/2016.